

# ORÇAMENTO

## 2012



moimenta da beira  
município

## **Orçamento e Grandes Opções do Plano Ano de 2012**

Em conformidade com o disposto, na alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º e no artigo 4.º, da lei das finanças locais (LFL), aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, atentos os critérios e os parâmetros financeiros e contabilísticos definidos pelo plano oficial de contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e nos termos conjugados do preceituado na alínea c), do n.º 2, do artigo 64.º, e na alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, ambos do regime de competências e funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias (LAL), aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresenta-se e submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal as Opções do Plano, integrando o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano das Actividades Mais Relevantes e a proposta de Orçamento do Município de Moimenta da Beira para o exercício económico-financeiro de 2012 e demais documentação anexa.

## INTRODUÇÃO

A apresentação à Câmara e Assembleia Municipal do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PAM e PPI) para o exercício de 2012 ocorre num contexto particularmente difícil, de grande austeridade e incerteza quanto ao futuro do país, da Europa e do mundo e, como não podia deixar de ser, da nossa autarquia e do espaço territorial a que pertence.

Como bem sabemos, à situação de ruptura financeira do município, soma-se a crise financeira, económica e social do País, com um orçamento de Estado que, entre outras medidas de austeridade que implicarão certamente uma recessão profunda em 2012, faz novos cortes nas transferências para as autarquias locais, que no caso do município de Moimenta da Beira ascendem já a um total acumulado de **874.195,49 euros**, desde Janeiro de 2010.

Obviamente estes cortes terão implicações sérias e constituirão problemas acrescidos para o Município, condicionando a redução da dívida, o volume de investimento, e obrigando a medidas adicionais de cortes nas despesas correntes, tentando manter a maior capacidade de investimento possível, neste difícil contexto de forma a aproveitar exaustivamente os fundos comunitários disponíveis, tentando responder às necessidades de desenvolvimento, cada vez mais inadiáveis.

É certo que vamos continuar a trabalhar arduamente, com todos, sem qualquer excepção, dando o nosso contributo, imprescindível, para a recuperação económica do Município, da Região e do País.

## 1. Sumário Executivo

A presente Introdução procura enunciar e justificar as opções estratégicas de gestão subjacentes aos documentos que nos propomos adoptar no Município de Moimenta da Beira para o ano 2012. Apresentamos também as Opções do Plano para o quadriénio 2012-2015 e a Proposta de Orçamento para o exercício económico-financeiro de 2012, em cumprimento do preceituado, a este propósito, na lei das finanças locais, aprovada pela Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro, e no plano oficial de contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

As grandes opções para o próximo ano são influenciadas obviamente pela situação de crise que se vive no país, que coloca em questão a estratégia de gestão do Município, sobretudo quando não desistimos do firme e inalterável propósito de prosseguir no caminho da procura da sustentabilidade económico-financeira do nosso Município, na trajectória de reduzir despesa corrente e endividamento, sem prescindir de fazer o que é absolutamente necessário, para garantir um nível de serviço, de bem-estar da população e de investimento capaz de nos distinguir positivamente. Temos bem a noção da dificuldade desta empreitada, mas não deixaremos de fazer o nosso melhor.

O Plano e Orçamento para 2012 apresenta, como fazemos questão que seja, dada a actual conjuntura, um volume financeiro inferior ao do ano 2011, sendo que a receita diminuirá 200.000,00 euros, contando com uma redução nas transferências do Estado em cerca de 287.649,34 euros.

Nesta conjuntura, e apesar dela, a aposta vai continuar no sentido da redução dos consumos correntes, para proporcionar um aumento, ainda que ligeiro, da transferência de recursos da receita corrente para despesa de capital, ou seja para investimento.

O documento dá absoluta prioridade aos investimentos com financiamento assegurado pelo QREN, ou em vias de isso vir a acontecer, porque temos que fazer todos os esforços para não desperdiçar os 80% a 90% da comparticipação do valor do investimento. cremos que por maiores que sejam as dificuldades, e são, ninguém nos perdoaria uma opção diferente. Além do mais, a economia local precisa, mais do que

nunca, deste nosso esforço de investimento, para a ajudarmos a ultrapassar esta fase decisiva.

O Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013 é um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Norte de Portugal, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013 e no novo ciclo de fundos estruturais da União Europeia destinados a Portugal. Este instrumento é fundamental para a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial sustentável da Região do Norte.

A autarquia apesar dos constrangimentos financeiros, não deixará de tentar aproveitar ao máximo, estes fundos comunitários de forma a promover o desenvolvimento do concelho.

Neste contexto, as principais opções de investimentos para 2012 são:

- Construção do Parque Desportivo, o 1.º Relvado; (finalização)
- Construção do Centro Escolar de Moimenta da Beira; (Finalização);
- Requalificação do edifício dos paços do Concelho;
- Construção da Circular Rodoviária Externa Poente de Moimenta da Beira;
- Ampliação do parque Industrial e Construção do ninho de Empresas;
- Requalificação paisagística do Parque da Albufeira do Vilar;
- Construção de habitações sociais no Bairro da Formiga; entre outros

O Município de Moimenta da Beira está bem consciente que a proposta de orçamento agora apresentada foi elaborada num momento de particular dificuldade, no que respeita à conjuntura económica em que a sociedade portuguesa, em geral, e o concelho, especialmente, vivem mergulhados.

Tendo em consideração os constrangimentos, as dificuldades e as limitações que estão subjacentes à actividade das Autarquias Locais para o próximo ano, o Município de Moimenta da Beira apresenta um orçamento com uma dotação global 18.750.000,00 €. As Grandes Opções do Plano (GOP), bem como o Orçamento ora apresentado, traduzem uma aposta firme na procura constante de respostas eficazes para os problemas e aspirações concretas da população do Concelho, dando prossecução a um

projecto de desenvolvimento sustentado, encontrando ênfase no progresso, bem-estar e qualidade de vida.

As GOP's, com um horizonte temporal de 4 anos, deverão constituir-se como elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da Autarquia, a desenvolver em cada ano a que respeita o Orçamento.

No Plano Plurianual de Investimentos estão inseridos todos os projectos e acções que implicam despesas orçamentais a realizar, por investimento.

Tendo em atenção o supra mencionado, podemos concluir que é no somatório de todos os projectos e acções que compõem as GOP que se encontram reflectidas as actividades a desenvolver em cada ano, no sentido de alcançar aquilo que é o objectivo final da actividade autárquica, o de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

As opções defendidas têm em conta as condicionantes externas, e internas muito desfavoráveis, muito preocupantes, mas que não podem fazer esmorecer as nossas expectativas. Todo o esforço vale a pena, ao serviço do município.

O Plano e Orçamento do Município para o próximo ano mantêm as taxas do IMI, não adoptando as taxas máximas fixadas pela legislação, bem como os preços e as taxas dos serviços municipais, de acordo com o Regulamento de Taxas Municipais; prevê como tem sido habitual, as transferências para as juntas de freguesia, mantendo o mesmo valor do ano 2011 e contempla também os valores dos novos protocolos com as juntas de freguesia.

Adicionalmente estão previstos os elevados custos a suportar com a Educação, designadamente os serviços de transporte, refeições e prolongamento de horário com as Instituições de solidariedade social, bem como os custos ambientais com o a aquisição de água, tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de RSU.

## **2. Envolvente Externa**

### **2.1 Aspectos macroeconómicos actuais<sup>1</sup>**

O ano de 2011 foi marcado pelo início do inadiável processo de ajustamento da economia portuguesa. Este processo deverá ser caracterizado por uma forte restritividade da política orçamental, por uma desalavancagem gradual mas significativa do sector privado, incluindo o sector bancário, e pelo reforço das instituições favoráveis à inovação, à concorrência e à reafecção de recursos na economia. Dada a magnitude do actual hiato entre a poupança e o investimento internos – traduzido em elevadas necessidades de financiamento externo – perspectiva-se um período de forte contracção da procura interna, que não pode deixar de reflectir-se no crescimento da economia portuguesa. Este ajustamento comportará elevados custos económicos e sociais, para o ano 2012 mas surge como um imperativo incontornável. De facto, apenas a concretização do pedido de assistência financeira à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em Abril permitiu evitar uma situação iminente de incumprimento do Estado Português perante os seus credores. Simultaneamente, têm sido as medidas de política não convencional do Banco Central Europeu (BCE) a assegurar o financiamento do sistema bancário português, num quadro de virtual ausência de financiamento nos mercados internacionais de dívida por grosso a médio e longo prazo. Sem este apoio supranacional, o ajustamento da economia teria uma natureza abrupta, com implicações sobre o bem-estar social incomparavelmente mais adversas. O cumprimento estrito da condicionalidade associada àquele apoio surge assim como um desígnio solidamente fundado. Não obstante, a trajectória da economia portuguesa no futuro próximo encontra-se ainda rodeada de elevada incerteza, em função, nomeadamente, das características da resolução institucional da actual crise da dívida soberana na área do euro, bem como da magnitude e persistência da dinâmica de desaceleração da economia internacional.

Os desenvolvimentos mais recentes na economia internacional confirmam que a recuperação observada em 2010 não se baseava em fundamentos sustentados. Num

---

<sup>1</sup> Fonte: Banco de Portugal – Boletim Económico Outono 2011

quadro caracterizado pelo recrudescimento das tensões nos mercados financeiros internacionais, os indicadores apontam para uma tendência de desaceleração da economia global mais profunda que o antevisto, em particular nas economias avançadas. No caso da área do euro, a crise da dívida soberana intensificou-se e propagou-se a algumas das maiores economias da área. Este aumento generalizado da aversão ao risco repercutiu-se na subida dos custos de financiamento nos mercados de dívida dos países com maiores fragilidades estruturais, tal como percepcionadas pelos investidores internacionais. Adicionalmente, as projecções para o crescimento económico mundial em 2011 e em 2012 foram revistas significativamente em baixa, num quadro em que a margem de intervenção das autoridades monetárias e orçamentais nas economias avançadas é relativamente limitada. Estes desenvolvimentos globais foram transmitidos directamente à economia portuguesa. Assim, as condições monetárias e financeiras deterioraram-se consideravelmente no decurso de 2011 e a procura externa dirigida à economia portuguesa foi significativamente revista em baixa.

Neste quadro, a economia portuguesa deverá contrair acentuadamente em 2011 e mais ainda em 2012. Esta evolução será caracterizada por uma forte queda da procura interna, assim como pelo abrandamento das exportações ao longo do horizonte de projecção, traduzindo-se num ajustamento significativo dos desequilíbrios da economia portuguesa. Em particular, projecta-se uma diminuição de cerca de 6 p.p. no défice da balança corrente e de capital nestes dois anos. Este ajustamento resulta, por um lado, de algum aumento da taxa de poupança interna e, por outro, de uma significativa contracção do investimento. Em particular, o investimento privado será condicionado pela elevada incerteza quanto à correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, pela deterioração das expectativas quanto ao dinamismo da economia e pela necessidade de ajustamento dos balanços das empresas face ao seu elevado nível de endividamento, num quadro de aumento das restrições de financiamento pelo sistema bancário. Do lado da oferta, é particularmente marcante o facto de o emprego cair de forma contínua desde finais de 2008, dinâmica que tenderá a prolongar-se no horizonte de projecção. Deste modo, não se perspectiva uma inversão da tendência ascendente da taxa de desemprego no futuro próximo.

Os bancos desempenham um papel crucial no processo de ajustamento da economia portuguesa. De facto, o necessário processo de desalavancagem do sector privado,

incluindo o sector bancário, é a consequência do elevado nível de endividamento acumulado desde a unificação monetária, num contexto de condições de financiamento muito favoráveis, e que persistiu mesmo após a eclosão da crise financeira em 2008.

Num quadro de acrescida diferenciação do risco, os bancos apenas começaram a ajustar gradualmente a estrutura do seu balanço a partir do segundo semestre de 2010.

O Programa de ajustamento económico e financeiro prevê um conjunto de acções que visam robustecer o sistema financeiro, incluindo o reforço do capital dos bancos e a convergência para uma estrutura de financiamento de mercado mais estável no médio prazo.

Note-se que, ao longo de 2011, assistimos a um abrandamento generalizado, mas gradual, dos empréstimos concedidos ao sector privado não financeiro, em especial dos empréstimos concedidos a particulares.

O cumprimento dos objectivos orçamentais, numa perspectiva de sustentabilidade estrutural, constitui um elemento chave do ajustamento da economia. Note-se, em particular, que a sustentabilidade das finanças públicas exigirá uma posição estrutural caracterizada por excedentes primários substanciais no médio prazo. A concretização deste objectivo será instrumental para assegurar o retorno do Estado – e dos restantes agentes económicos – ao financiamento nos mercados internacionais.

#### PROJECCÕES DO BANCO DE PORTUGAL

| <b>Taxa de variação anual em %</b>       | <b>2010</b> | <b>2011*</b> | <b>2012*</b> |
|------------------------------------------|-------------|--------------|--------------|
| Consumo privado                          | 2,3         | -3,8         | -3,6         |
| Consumo público                          | 1,3         | -3,3         | -4,1         |
| Investimento                             | -4,9        | -11,4        | -10,8        |
| Procura interna                          | 0,7         | -5,2         | -4,8         |
| Exportações                              | 8,8         | 6,7          | 4,8          |
| Importações                              | 5,1         | -4,1         | -2,8         |
| PIB                                      | 1,4         | -1,9         | -2,2         |
| Inflação                                 | 1,4         | 3,5          | 2,8          |
| Balança Corrente e de Capital (% do PIB) | -8,9        | -6,9         | -3,1         |

\* PROJECTADO

### 3. Envolvente Interna

O Município de Moimenta da Beira é um concelho que tem 10.219 habitantes (censos 2011), com um índice de escolaridade acima da média, com muita dinâmica comercial e empresarial, porém tende a ser um concelho envelhecido, e com reduzidas receitas próprias, pelo que o Município está limitado pela sua capacidade financeira na realização de investimentos estruturantes tornados indispensáveis ao bem-estar dos seus munícipes.

Por isso, o Município tem de ter uma gestão equilibrada das suas finanças sob pena de entrar em ruptura financeira e funcional.

A Proposta do Orçamento do Estado para 2012, tem subjacente o quadro de grande rigor e exigência orçamental impostas para o País, com fortes repercussões nas transferências do Orçamento de Estado para Autarquias Locais.

O quadro seguinte demonstra os valores do Orçamento de Estado que têm sido atribuídos ao Município de Moimenta da Beira nos últimos anos.

Para o ano 2012 constata-se que os valores provenientes do Orçamento de Estado, sofreram novamente uma redução de 5% sendo que o valor a receber para 2012 será equivalente ao valor auferido no ano 2005, sendo ainda inferior em 9.539.07 €.

|                                | VAR. 2012/2011      |               | OE 2012               | OE 2011               | OE 2010               | OE 2009               | OE 2008               | OE 2007               | OE 2006               | OE 2005               |
|--------------------------------|---------------------|---------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|                                | Valor €             | %             |                       |                       |                       |                       |                       |                       |                       |                       |
| FE Corrente                    | 174.098,00 €        | -3%           | 3.081.301,00 €        | 3.256.300,00 €        | 3.567.005,00 €        | 3.384.422,00 €        | 3.221.800,00 €        | 3.060.226,00 €        | 2.792.057,00 €        | 3.293.057,00 €        |
| FE Capital                     | 116.666,00 €        | -5%           | 2.054.200,00 €        | 2.170.866,00 €        | 2.378.000,00 €        | 2.236.281,00 €        | 2.147.866,00 €        | 2.040.150,00 €        | 2.195.371,00 €        | 2.195.371,00 €        |
| FGM                            | 12.281,00 €         | -3%           | 216.236,00 €          | 228.517,00 €          | 230.321,00 €          | 234.697,00 €          | 223.032,00 €          | 236.690,00 €          |                       |                       |
| IRS                            | 16.005,00 €         | 11%           | 167.669,00 €          | 151.694,00 €          | 158.212,00 €          | 153.591,00 €          | 164.121,00 €          | 140.353,00 €          |                       |                       |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>287.041,00 €</b> | <b>-4,60%</b> | <b>5.519.406,00 €</b> | <b>5.807.377,00 €</b> | <b>6.333.538,00 €</b> | <b>5.808.991,00 €</b> | <b>5.756.879,00 €</b> | <b>5.460.226,00 €</b> | <b>5.087.428,00 €</b> | <b>5.488.428,00 €</b> |
| <b>DESCONTOS</b>               |                     |               |                       |                       |                       |                       |                       |                       |                       |                       |
| DGAI                           | 201,67 €            | -3%           | 5.135,50 €            | 5.427,17 €            | 5.945,01 €            | 5.640,70 €            | 5.264,67 €            | 5.100,36 €            | 5.488,43 €            | 5.488,43 €            |
| SIS                            | - €                 | 0%            | 40.850,00 €           | 40.850,00 €           |                       |                       |                       |                       |                       |                       |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>201,67 €</b>     | <b>0%</b>     | <b>5.176,17 €</b>     | <b>5.868,17 €</b>     | <b>5.945,01 €</b>     | <b>5.640,70 €</b>     | <b>5.264,67 €</b>     | <b>5.100,36 €</b>     | <b>5.488,43 €</b>     | <b>5.488,43 €</b>     |
| <b>TOTAL LIQUIDO</b>           | <b>286.839,33 €</b> | <b>-4,60%</b> | <b>5.514.229,83 €</b> | <b>5.799.508,83 €</b> | <b>6.327.593,00 €</b> | <b>5.799.508,83 €</b> | <b>5.751.614,33 €</b> | <b>5.455.125,64 €</b> | <b>5.081.939,57 €</b> | <b>5.482.939,57 €</b> |
| <b>MÉDIA MÊS LIQUIDO</b>       | <b>23.903,28 €</b>  | <b>-5%</b>    | <b>459.519,15 €</b>   | <b>483.292,40 €</b>   | <b>527.299,42 €</b>   | <b>483.292,40 €</b>   | <b>479.284,53 €</b>   | <b>454.593,80 €</b>   | <b>423.494,96 €</b>   | <b>456.911,63 €</b>   |
| <b>Variação % 2012/...</b>     |                     |               |                       | <b>-4,99%</b>         | <b>-13,77%</b>        | <b>-8,46%</b>         | <b>-4,93%</b>         | <b>-6,10%</b>         | <b>-0,17%</b>         | <b>-0,17%</b>         |
| <b>Variação Valor 2012/...</b> |                     |               |                       | <b>-267.649,34 €</b>  | <b>-874.295,99 €</b>  | <b>-571.049,80 €</b>  | <b>-284.079,84 €</b>  | <b>-9.927,13 €</b>    | <b>-9.539,07 €</b>    | <b>-9.539,07 €</b>    |

Esta situação, como é inevitável, implicará muitos constrangimentos na já difícil situação financeira do Município. Como se verifica, face ao orçamento de 2011, temos

uma redução 287.649,34 €, o equivalente a 23.995.08 € / Mês, prevendo-se, no entanto, uma diminuição no valor dos salários a pagar, em consequência da Lei do orçamento de Estado para 2012, de valor semelhante.

Tendo como objectivo a prestação de informação adicional, o quadro seguinte demonstra a evolução dos diferentes orçamentos da despesa do Município ao longo dos últimos 6 anos;

| DESIGNAÇÃO                           | 2012                   | 2011                   | 2010                   | 2009                   | 2008                   | 2007                   | 2006                   | 2005                   | Var. 2012 / 2005          |
|--------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>            |                        |                        |                        |                        |                        |                        |                        |                        |                           |
| 01 DESPESAS COM PESSOAL              | 2.594.636,74 €         | 2.964.353,20 €         | 926.270,00 €           | 2.978.050,00 €         | 2.868.100,00 €         | 2.650.500,00 €         | 2.375.600,00 €         | 2.193.040,00 €         | 391.596,74 € 18%          |
| 02 AQ. DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES  | 4.982.641,63 €         | 4.653.712,40 €         | 72.995,00 €            | 4.436.058,61 €         | 3.600.081,76 €         | 3.005.811,00 €         | 2.081.850,00 €         | 2.238.700,00 €         | 2.743.941,63 € 123%       |
| 03 JUROS E OUTROS ENCARGOS           | 274.852,17 €           | 175.692,29 €           | 71.415,00 €            | 295.816,39 €           | 235.974,78 €           | 216.000,00 €           | 175.500,00 €           | 142.000,00 €           | 132.852,17 € 94%          |
| 04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES          | 1.007.945,70 €         | 1.048.907,79 €         | 2.650.200,00 €         | 1.053.050,00 €         | 1.033.195,46 €         | 857.300,00 €           | 732.000,00 €           | 645.000,00 €           | 162.945,70 € 19%          |
| 06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES         | 19.700,00 €            | 29.700,00 €            | 705.425,00 €           | 25.700,00 €            | 28.000,00 €            | 41.000,00 €            | 18.750,00 €            | 4.250,00 €             | 15.450,00 € 364%          |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>  | <b>8.860.776,24 €</b>  | <b>8.892.365,68 €</b>  | <b>8.794.815,00 €</b>  | <b>8.748.675,00 €</b>  | <b>7.765.352,00 €</b>  | <b>6.832.611,00 €</b>  | <b>5.383.700,00 €</b>  | <b>5.422.990,00 €</b>  | <b>3.446.786,24 € 64%</b> |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>           |                        |                        |                        |                        |                        |                        |                        |                        |                           |
| 07 AQ. DE BENS DE CAPITAL            | 7.495.635,96 €         | 6.969.430,27 €         | 368.150,00 €           | 8.727.963,05 €         | 7.586.331,09 €         | 7.642.035,00 €         | 7.030.750,00 €         | 7.885.880,00 €         | 360.245,04 € -5%          |
| 08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL         | 851.814,50 €           | 1.222.800,61 €         | 11.058.671,00 €        | 1.423.500,00 €         | 930.418,00 €           | 1.094.704,00 €         | 1.073.500,00 €         | 976.200,00 €           | 124.385,50 € -13%         |
| 09 ACTIVOS FINANCEIROS               | 15.500,00 €            | 20.000,00 €            | - €                    | 23.000,00 €            | 119.000,00 €           | 151.200,00 €           | 136.200,00 €           | 100.200,00 €           | 84.700,00 € -45%          |
| 10 PASSIVOS FINANCEIROS              | 1.517.275,30 €         | 1.825.403,44 €         | 600.000,00 €           | 1.064.111,35 €         | 1.048.898,31 €         | 789.450,00 €           | 705.000,00 €           | 479.330,00 €           | 1.037.945,30 € 217%       |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b> | <b>9.880.223,76 €</b>  | <b>10.037.634,32 €</b> | <b>12.066.821,00 €</b> | <b>11.238.575,00 €</b> | <b>9.684.648,00 €</b>  | <b>9.677.389,00 €</b>  | <b>8.945.450,00 €</b>  | <b>9.441.610,00 €</b>  | <b>438.613,76 € 5%</b>    |
| <b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>        | <b>18.740.999,99 €</b> | <b>18.929.999,99 €</b> | <b>20.861.636,00 €</b> | <b>19.987.250,00 €</b> | <b>17.450.000,00 €</b> | <b>16.509.999,99 €</b> | <b>14.329.150,00 €</b> | <b>14.864.600,00 €</b> | <b>3.885.999,99 € 27%</b> |

Analisando os valores mencionados, podemos avaliar a evolução das diferentes rubricas da despesa, que fazem parte da vida operacional do Município.

Constatamos que a despesa corrente, entre os dois períodos em análise, teve um aumento percentual de 64%, ou seja 3.446.786,24 €, entre 2005 e 2012, (minimizada pelo valor dos custos com pessoal no ano 2012 devido ao corte dos subsídios de férias e de Natal).

Relativamente à aquisição de bens e serviços correntes, onde são considerados entre outros, os custos com a aquisição de água, tratamentos de efluentes, transportes escolares etc, assistimos a um forte acréscimo destes custos, situando-se num percentual de 123%, mais do que duplicando, perfazendo um acréscimo, entre períodos, de 2.743.941,63 €.

Salienta-se também o valor relativo aos juros suportados. Enquanto que no ano 2005 esta rubrica apresentava um valor de 142.000,00 €, no ano 2012 o valor necessário estimado será de 274.852,17 €, ou seja 94% de aumento.

Relativamente às rubricas relativas à Despesa de Capital, as principais ilações a retirar estão associadas ao valor dos passivos financeiros, que contemplam as amortizações

dos empréstimos bancários, dado que as restantes rubricas associadas aos investimentos e transferências de capital apresentam variações menos relevantes.

No ano 2012 o valor dos passivos financeiros contemplam 1.217.275,30 € que correspondem à amortização de empréstimos de médio e longo prazo e 300.000,00 € relativamente a um empréstimo de curto prazo, a contrair para dificuldades de tesouraria, caso seja necessário. Em anos anteriores o valor do empréstimo de curto prazo considerado era de 600.000,00 €.

Perante esta realidade, em que, por um lado as receitas actuais do Município sofrem elevados cortes, as despesas que fazem parte da operacionalidade do município são muito superiores.

Para responder às adversidades enunciadas, implementaremos soluções nos seguintes domínios;

- **GESTÃO E POLÍTICA ECONÓMICA SUSTENTÁVEL**

A implementação de medidas necessárias para alcançar, a prazo, uma situação de equilíbrio financeiro, como condição para o desenvolvimento sustentado.

- **POLÍTICAS SOCIAIS INTEGRADAS**

Justiça e equidade, implementando políticas sociais integradas.

- **DESENVOLVIMENTO LOCAL**

O contributo do município na promoção de oportunidades de desenvolvimento local fomentando o empreendedorismo, e acompanhando todas as iniciativas que tendam para o desenvolvimento económico, baseado nas nossas capacidades diferenciadoras.

- **PATRIMÓNIO E CULTURA**

A preservação da cultura material e imaterial do município, com o objectivo de fortalecer a identidade da comunidade tornando-a atractiva e diferenciada.

- **MODERNIZAÇÃO**

Desburocratização e simplificação dos procedimentos utilizando as potencialidades das novas tecnologias.

- **APROXIMAÇÃO AO CIDADÃO**

Garantir a descentralização dos serviços, implementando políticas de proximidade.

- **AS PESSOAS E A SUA VALORIZAÇÃO**

A valorização das pessoas e das suas capacidades, como o factor de produtividade, motivação e participação na mudança.

## ORÇAMENTO

### RECEITA / DESPESA

Considerando que as receitas são calculadas nos termos das regras previsionais impostas pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as alterações constantes no Decreto – Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, o Orçamento do Município de Moimenta da Beira para o ano de 2012 contempla os seguintes valores globais:

| RECEITAS     | MONTANTE               | Peso %      | DESPESAS     | MONTANTE               | Peso %      |
|--------------|------------------------|-------------|--------------|------------------------|-------------|
| Correntes    | 8.993.060,24 €         | 48%         | Correntes    | 8.869.776,24 €         | 47%         |
| De Capital   | 9.756.939,76 €         | 52%         | De Capital   | 9.880.223,76 €         | 53%         |
| <b>TOTAL</b> | <b>18.750.000,00 €</b> | <b>100%</b> | <b>TOTAL</b> | <b>18.750.000,00 €</b> | <b>100%</b> |

Considerando a conjuntura actual e as dificuldades financeiras existentes, o Município de Moimenta da Beira propõe um orçamento inferior ao do exercício anterior em 200.000,00 €.

Para além da obrigatoriedade de termos que incluir a dívida existente, e mesmo tratando-se de um exercício que tem na contenção da despesa um dos objectivos centrais, entendemos dever manter a ambição da realização de investimentos que consideramos estruturais, cuja oportunidade dependerá da evolução das candidaturas em preparação, tal como se encontram reflectidos nos diversos documentos.

### Comparação do orçamento 2012 / 2011

|                     | 2012                   | 2011                   | Var. 2012/2011        |              |
|---------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|--------------|
|                     |                        |                        | Valor                 | %            |
| <b>Receitas</b>     |                        |                        |                       |              |
| Receitas Correntes  | 8.993.060,24 €         | 8.974.197,00 €         | 18.863,24 €           | 0,2%         |
| Receitas de Capital | 9.756.939,76 €         | 9.975.803,00 €         | - 218.863,24 €        | -2,2%        |
| <b>TOTAL</b>        | <b>18.750.000,00 €</b> | <b>18.950.000,00 €</b> | <b>- 200.000,00 €</b> | <b>-1,1%</b> |
| <b>Despesas</b>     |                        |                        |                       |              |
| Despesas Correntes  | 8.869.776,24 €         | 8.892.365,68 €         | - 22.589,44 €         | -0,3%        |
| Despesas de Capital | 9.880.223,76 €         | 10.057.634,32 €        | - 177.410,56 €        | -1,8%        |
| <b>TOTAL</b>        | <b>18.750.000,00 €</b> | <b>18.950.000,00 €</b> | <b>- 200.000,00 €</b> | <b>-1,1%</b> |

Considerando o orçamento inicial de 2011, o presente documento reflecte uma diminuição global de 1,1%, havendo um esforço traduzido na diminuição de 0,3 % nas despesas correntes.

Pretendia-se que esta diminuição fosse superior, até porque estão influenciadas pela suspensão de parte do pagamento do subsidio de férias e de natal a alguns colaboradores do Município, em resultado da Lei do Orçamento do Estado 2012, porém, realisticamente, tal não é possível devido ao acréscimo do preço de alguns bens e serviços, nomeadamente combustíveis, energia, transportes escolares e outros, influenciados também pela taxa de inflação, que se estima de 2,8% para o ano 2012. De igual modo, somos confrontados com um acréscimo na estimativa do valor dos juros a suportar em cerca de 100.000,00 €. Esta situação resulta da actual tendência do mercado interbancário, imputação de juros por fornecedores e previsível evolução de situações de contencioso judicial, que ainda permanecem.

## RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E AS DESPESAS

| DESCRIÇÃO                                 | 2012                   | 2011                   | Var. %       | DESCRIÇÃO                            | 2012                   | 2011                   | Var. %       |
|-------------------------------------------|------------------------|------------------------|--------------|--------------------------------------|------------------------|------------------------|--------------|
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>                 |                        |                        |              | <b>DESPESAS CORRENTES</b>            |                        |                        |              |
| 01 IMPOSTOS DIRECTOS                      | 958.058,00 €           | 961.315,00 €           | -0,3%        | 01 DESPESAS COM PESSOAL              | 2.564.636,74 €         | 2.984.353,20 €         | -13,4%       |
| 02 IMPOSTOS INDIRECTOS                    | 57.195,00 €            | 65.255,00 €            | -12,4%       | 02 AQ. DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES  | 4.962.641,63 €         | 4.653.712,40 €         | 7,1%         |
| 04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES     | 86.605,00 €            | 76.026,00 €            | 13,9%        | 03 JUROS E OUTROS ENCARGOS           | 274.852,17 €           | 175.692,29 €           | 56,4%        |
| 05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE             | 2.806.100,00 €         | 2.801.500,00 €         | 0,2%         | 04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES          | 1.007.945,70 €         | 1.049.907,79 €         | -3,9%        |
| 06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES               | 4.253.238,00 €         | 4.231.681,00 €         | 0,5%         | 05 SUBSIDIOS                         | - €                    | - €                    | 0,0%         |
| 07 VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | 767.364,24 €           | 905.500,00 €           | -4,7%        | 06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES         | 19.700,00 €            | 29.700,00 €            | -33,7%       |
| 08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES              | 64.500,00 €            | 33.000,00 €            | 95,5%        |                                      |                        |                        |              |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>       | <b>8.993.060,24 €</b>  | <b>8.974.197,00 €</b>  | <b>0,2%</b>  | <b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>  | <b>8.869.776,24 €</b>  | <b>8.892.365,68 €</b>  | <b>-0,3%</b> |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>                |                        |                        |              | <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>           |                        |                        |              |
| 09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO          | 1.034.775,52 €         | 425.150,00 €           | 143,4%       | 07 AQ. DE BENS DE CAPITAL            | 7.495.633,96 €         | 6.989.430,27 €         | 7,2%         |
| 10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL              | 8.416.164,24 €         | 8.944.653,00 €         | -5,9%        | 08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL         | 851.814,50 €           | 1.222.800,61 €         | -30,3%       |
| 11 ACTIVOS FINANÇEIROS                    | - €                    | - €                    | 0,0%         | 09 ACTIVOS FINANÇEIROS               | 15.500,00 €            | 20.000,00 €            | -22,5%       |
| 12 PASSIVOS FINANÇEIROS                   | 300.000,00 €           | 600.000,00 €           | -50,0%       | 10 PASSIVOS FINANÇEIROS              | 1.517.275,30 €         | 1.825.403,44 €         | -16,9%       |
| 13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL             | 6.000,00 €             | 6.000,00 €             | 0,0%         | 11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL        | - €                    | - €                    | 0,0%         |
| 15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | - €                    | - €                    | 0,0%         |                                      |                        |                        |              |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>      | <b>9.756.939,76 €</b>  | <b>9.975.803,00 €</b>  | <b>-2,2%</b> | <b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b> | <b>9.880.223,76 €</b>  | <b>10.057.634,32 €</b> | <b>-1,8%</b> |
| <b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>             | <b>18.750.000,00 €</b> | <b>18.950.000,00 €</b> | <b>-1,1%</b> | <b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>        | <b>18.750.000,00 €</b> | <b>18.950.000,00 €</b> | <b>-1,1%</b> |

A tendência decrescente da despesa de capital de 1,8%, está associada à maior selectividade dos investimentos projectados. Efectivamente o orçamento pressupõe a continuidade na realização de vários investimentos estruturantes para o Concelho, no entanto, para os investimentos que ainda estão em fase de projecto, os valores considerados no orçamento são prudentes, estando os mesmos obviamente associados à confirmação da sua muito significativa comparticipação. Nos casos em que tal não aconteça será impensável a sua realização imediata, dado que o Município não dispõe

de meios financeiros libertos suficientes para os realizar, nem condições de financiamento com recurso a crédito bancário.

Estamos conscientes dos cortes sectoriais que estão preconizados no Orçamento de Estado para 2012, assim como conhecemos as limitações financeiras do Município, pelo que as nossas intenções têm que ser consistentes.

## RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

| Código             | Classificação Funcional                          | 2012                   | Peso%       | 2011                   | Peso%         |
|--------------------|--------------------------------------------------|------------------------|-------------|------------------------|---------------|
| 1.1.               | SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA         | 221.463,00 €           | 1,42%       | 223.223,58 €           | 1,49%         |
| 1.2.               | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA                        | 150.505,00 €           | 0,97%       | 102.828,44 €           | 0,69%         |
| 2.1.               | EDUCAÇÃO                                         | 4.549.312,77 €         | 29,22%      | 3.194.935,69 €         | 21,37%        |
| 2.2.               | Saúde                                            | 3.000,00 €             | 0,02%       | 500,00 €               | 0,00%         |
| 2.3.               | SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS                        | 198.750,00 €           | 1,28%       | 333.500,00 €           | 2,23%         |
| 2.4.               | HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS                  | 4.790.564,85 €         | 30,77%      | 4.916.229,96 €         | 32,88%        |
| 2.5.               | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS     | 1.303.792,35 €         | 8,37%       | 2.172.980,36 €         | 14,53%        |
| 3.1.               | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESC | 125.000,00 €           | 0,80%       | 133.679,00 €           | 0,89%         |
| 3.2.               | INDÚSTRIA E ENERGIA                              | 831.401,12 €           | 5,34%       | 479.613,63 €           | 3,21%         |
| 3.3.               | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES                       | 555.500,00 €           | 3,57%       | 693.423,73 €           | 4,64%         |
| 3.4.               | COMÉRCIO E TURISMO                               | 468.501,00 €           | 3,01%       | 261.530,40 €           | 1,75%         |
| 3.5.               | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS                        | 35.000,00 €            | 0,22%       | 10.000,00 €            | 0,07%         |
| 4.1.               | OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA                   | 1.825.027,47 €         | 11,72%      | 2.032.995,73 €         | 13,60%        |
| 4.2.               | TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES              | 492.065,70 €           | 3,16%       | 375.556,28 €           | 2,51%         |
| 4.3.               | DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS                       | 18.500,00 €            | 0,12%       | 19.000,00 €            | 0,13%         |
| <b>TOTAL GERAL</b> |                                                  | <b>15.568.383,26 €</b> | <b>100%</b> | <b>14.949.995,80 €</b> | <b>100,0%</b> |

Através do quadro anterior, podemos constatar que as grandes opções do orçamento do Município para o ano 2012 estão concentradas com especial destaque no investimentos a realizar na Educação, habitação social e equipamentos colectivos. Estas rubricas representam cerca de 60% do valor do orçamento.

Por sua vez, o valor inerente à dívida autárquica (empréstimos bancários e juros) continuam a ter uma expressão muito significativa, representando cerca de 12%.

O valor global dos investimentos e acções mencionados nas grandes opções do plano, totalizam 15.568.383,26 €, representando um acréscimo de 4% face ao ano 2011.

As grandes opções do plano são apresentadas nos quadros seguintes, desagregadas nas rubricas do PPI e PAM.

## RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

| Código             | Classificação Funcional                           | 2012                  | Peso%          | 2011                  | Peso%          |
|--------------------|---------------------------------------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|
| 1.1.               | SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA          | 213.130,00 €          | 2,84%          | 205.723,58 €          | 2,94%          |
| 1.2.               | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA                         | 71.000,00 €           | 0,95%          | 7.738,08 €            | 0,11%          |
| 2.1.               | EDUCAÇÃO                                          | 2.773.567,29 €        | 37,00%         | 1.708.019,05 €        | 24,44%         |
| 2.2.               | SAÚDE                                             | 500,00 €              | 0,01%          | 500,00 €              | 0,01%          |
| 2.3.               | SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS                         | 15.000,00 €           | 0,20%          | 25.000,00 €           | 0,36%          |
| 2.4.               | HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS                   | 1.987.078,00 €        | 26,51%         | 2.415.467,09 €        | 34,56%         |
| 2.5.               | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS      | 835.706,55 €          | 11,15%         | 1.502.944,62 €        | 21,50%         |
| 3.1.               | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA | 117.500,00 €          | 1,57%          | 122.959,00 €          | 1,76%          |
| 3.2.               | INDÚSTRIA E ENERGIA                               | 607.151,12 €          | 8,10%          | 183.363,63 €          | 2,62%          |
| 3.3.               | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES                        | 409.500,00 €          | 5,46%          | 578.184,82 €          | 8,27%          |
| 3.4.               | COMÉRCIO E TURISMO                                | 465.501,00 €          | 6,21%          | 239.530,40 €          | 3,43%          |
| <b>TOTAL GERAL</b> |                                                   | <b>7.495.633,95 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>6.989.430,27 €</b> | <b>100,00%</b> |

## RESUMO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL

| Código             | Classificação Funcional                           | 2012                  | Peso%          | 2011                  | Peso%          |
|--------------------|---------------------------------------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|
| 1.1.               | SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA          | 8.333,00 €            | 0,10%          | 17.500,00 €           | 0,22%          |
| 1.2.               | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA                         | 79.505,00 €           | 0,98%          | 95.090,36 €           | 1,19%          |
| 2.1.               | EDUCAÇÃO                                          | 1.775.745,48 €        | 22,00%         | 1.486.916,64 €        | 18,67%         |
| 2.2.               | SAÚDE                                             | 2.500,00 €            | 0,03%          | 5.000,00 €            | 0,06%          |
| 2.3.               | SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS                         | 183.750,00 €          | 2,28%          | 308.500,00 €          | 3,87%          |
| 2.4.               | HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS                   | 2.803.486,85 €        | 34,73%         | 2.500.762,87 €        | 31,39%         |
| 2.5.               | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS      | 468.085,80 €          | 5,80%          | 670.035,74 €          | 8,41%          |
| 3.1.               | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA | 7.500,00 €            | 0,09%          | 10.720,00 €           | 0,13%          |
| 3.2.               | INDÚSTRIA E ENERGIA                               | 224.250,00 €          | 2,78%          | 296.250,00 €          | 3,72%          |
| 3.3.               | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES                        | 146.000,00 €          | 1,81%          | 115.238,91 €          | 1,45%          |
| 3.4.               | COMÉRCIO E TURISMO                                | 3.000,00 €            | 0,04%          | 22.000,00 €           | 0,28%          |
| 3.5.               | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS                         | 35.000,00 €           | 0,43%          | 10.000,00 €           | 0,13%          |
| 4.1.               | OPERAÇÕES DE DÍVIDA AUTÁRQUICA                    | 1.825.027,47 €        | 22,61%         | 2.032.995,73 €        | 25,52%         |
| 4.2.               | TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES               | 492.065,70 €          | 6,10%          | 375.556,28 €          | 4,71%          |
| 4.3.               | DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS                        | 18.500,00 €           | 0,23%          | 19.000,00 €           | 0,24%          |
| <b>TOTAL GERAL</b> |                                                   | <b>8.072.749,30 €</b> | <b>100,00%</b> | <b>7.965.565,33 €</b> | <b>100,00%</b> |

## **Outras Considerações**

Tal como aconteceu no ano 2011, considerando a difícil situação financeira do Município, agudizada pelas situações que ainda continuam em contencioso jurídico, o Órgão Executivo, pretende continuar a partilhar com a Câmara Municipal e Assembleia Municipal a evolução da actividade do Município, analisando e recebendo como boas as suas eventuais recomendações, sobre a séria tarefa de cumprir esta proposta de Orçamento.

Apesar das condicionantes conhecidas para este orçamento, ou talvez mesmo por elas, a Câmara Municipal de Moimenta da Beira, em conjunto com todos os seus parceiros, desenvolverá esforços na promoção da coesão social e na igualdade de oportunidades para todos, através de adequadas políticas de inclusão social e desenvolvimento económico.

Para ultrapassar esta conjuntura e todas as dificuldades inerentes, contamos também como o apoio das Juntas de Freguesia, mantendo uma cooperação muito estreita, partilhando meios e soluções, como sempre acontece, e nomeadamente através da cooperação e o apoio técnico e financeiro, no sentido da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do maior número possível de cidadãos. As transferências previstas para apoio a actividades diversas foram mantidas relativamente ao ano anterior, assim como se prevê apoiar directamente a execução de um conjunto de projectos identificados neste orçamento;

Pretendemos, em conjunto com as Instituições do Concelho, continuar a estimular a participação dos cidadãos na vida da comunidade, reforçando a cidadania activa e a construção de uma maior solidariedade, apoiando o movimento associativo, nas suas actividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social, numa óptica crescente de redução da dependência de subsídios, privilegiando a sua sustentabilidade;

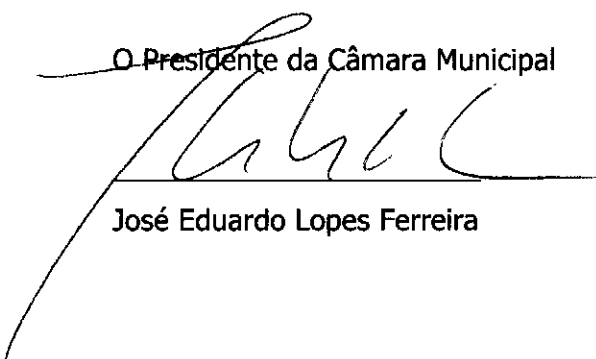
Continuaremos a não regatear esforços e trabalho em prol da Comunidade constituída por todos os Moimentenses, sendo certo que, uma vez mais, conseguiremos ultrapassar todos os obstáculos de forma a consolidar Moimenta da Beira num Concelho justificadamente mais solidário, de oportunidades e de crescimento.

Na sequência desta proposta de Documentos Previsionais e com o intuito de agilizar procedimentos burocráticos e melhor rentabilizar os recursos disponíveis, propõem-se à aprovação e autorização da Câmara e da Assembleia Municipal:

1. As Grandes Opções de Plano e Orçamento para o ano 2012;
2. Pedido de autorização para a contracção de um Empréstimo de Curto Prazo no nos termos do n.º 3 e 7 do art. 38.º e n.º 1 do art. 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro para ocorrer a dificuldades de tesouraria;
3. A Aprovação do Mapa de Pessoal para 2012.
4. Pedido de autorização genérica para delegação de competências nas Juntas de Freguesia nos termos do art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que este procedimento contribua para melhorar a eficácia no cumprimento dos objectivos definidos;

Moimenta da Beira, 13 de Dezembro de 2011.

O Presidente da Câmara Municipal



José Eduardo Lopes Ferreira